

David Harvey e o Pensamento Marxista na Geografia

David Harvey and Marxist Thought in Geography

Wellington Clay Porcino Silvaⁱ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Júlia Diniz de Oliveiraⁱⁱ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Raimundo Nonato Júniorⁱⁱⁱ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Resumo: Este artigo objetiva apresentar, de forma breve, algumas das contribuições do geógrafo David Harvey para a Geografia. Para tanto, selecionamos três conceitos importantes por ele apresentado: resolução espacial, resolução espaço-temporal e acumulação por espoliação ou despossessão. Além disso, apresentamos sua forma de enxergar a produção do espaço a partir da dialética entre capital e trabalho.

Palavras-chave: Epistemologia da Geografia; Geografia Crítica; Marxismo; David Harvey.

Abstract: This article has the aim of briefly presenting the contributions of David Harvey to Geography through key concepts introduced by him: spatial resolution, spatio-temporal resolution, and accumulation by spoliation or dispossession. In addition, Harvey's way of envisioning the production of space as a dialectic between capital and labor is highlighted.

Keywords: Geographical Epistemology; Critical Geography; Marxism; David Harvey.

Introdução

O geógrafo inglês David Harvey, atualmente radicado nos Estados Unidos, apresenta importantes contribuições para a ciência geográfica. Neste trabalho, foca-se na utilização da teoria marxista como fundamento para a explicação da formação do espaço como condição para a reprodução do capital. Toma-se como objetivo apresentar, de for-

ⁱ Doutorando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. wellington.wcps@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4311-4070>.

ⁱⁱ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. juliadiniz.oliveira@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4259-245X>.

ⁱⁱⁱ Professor do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. nonatorjr@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-3685-6631>.

ma breve, algumas das contribuições do geógrafo David Harvey para a Geografia¹. Para tanto, selecionamos três conceitos importantes por ele apresentados: resolução espacial, resolução espaço-temporal e acumulação por espoliação ou despossessão. Ademais, apresentamos sua forma de enxergar a produção do espaço a partir da dialética entre capital e trabalho.

David Harvey baseia sua análise (geográfica) em dois temas marxistas fundantes: a acumulação do capital e a luta de classes. Tais temas são complementares e devem ser entendidos como faces de uma moeda, que permitem o vislumbre, embora sob diferentes pontos de vista, da totalidade da atividade capitalista e de sua principal característica: o domínio do capital sobre o trabalho.

Conforme o próprio autor expõe, a dinâmica capitalista é, e sempre foi, um evento geográfico e não pode ser entendido fora desse contexto:

(...) a acumulação de capital foi sempre um evento geográfico. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo teria, há muito, deixado de funcionar como um sistema político-econômico (HARVEY, 2004, p. 23).

A obra de Harvey é, em verdade, um refinado novo ponto de vista marxista, a partir dos fragmentos marxianos sobre a cidade, constituindo-se em uma transposição para a Geografia, com foco no espaço, de conceitos encontrados nos estudos de Marx, visando a construção da metateoria denominada pelo próprio autor de materialismo-histórico geográfico (VALENÇA, 2008).

Para Harvey (1989), não há como conhecer e entender a produção do espaço sem ter em conta o funcionamento do modo de produção capitalista, pois este cria uma paisagem propícia à acumulação, para, em um ponto futuro do tempo, normalmente em períodos de crise, destruí-la, como forma de permitir a continuidade do processo de acumulação.

As Geografias Radicais

No final dos anos 1960, a Geografia era representada, em especial, pelos chamados geógrafos analíticos, com confiança em seus fundamentos conceituais, na eficácia metodológica e na homologação científica do conhecimento geográfico e pelos adeptos da denominada Geografia da Percepção, com forte influência fenomenológica. Ainda nesse período, e durante toda a década de 1970, o *status quo* da Geografia foi alvo de profundas críticas, decorrentes, dentre outros fatores, da crise geral da ideologia liberal da Guerra Fria (MENDOZA et al., 2002).

Essas críticas radicais têm como base a percepção de que a Geografia como posta até então não atendia à sua função social, ao contrário, era conservadora e utilizada para a elaboração de justificativas teóricas que contribuíssem para a manutenção do poder pela classe dominante (MENDOZA et al., 2002).

Dessa forma, passou-se a buscar uma ciência mais engajada socialmente, que procurasse ter como tarefa prioritária a denúncia desse conservadorismo e desse ideo-

logismo científico, com responsabilidade de assumir compromisso geográfico na busca de justiça social. No entanto, não se pode, sob pena de generalização, falar de uma única geografia radical, tendo em vista as diversas formas que essas críticas radicais se apresentaram. O mais adequado seria falar em geografias radicais (MENDOZA et al., 2002).

A própria proposta radical, caracterizada por evoluções constantes de suas proposições, como também por sua resistência à catalogação, dificulta uma abordagem que considere de modo uniforme suas ideias. Sob esse prisma, é possível identificar duas principais vertentes no movimento de renovação crítica: a anglo-saxã e a latina, sendo essa última com predominância da Geografia francesa. Dentro da corrente crítica que surgia, se verifica o enfraquecimento da proposta liberal e o ressurgimento do interesse pelo estudo da teoria marxista, em busca de uma ciência comprometida com a luta contra as desigualdades e a miséria, em especial nos Estados Unidos.

Enquanto, principalmente, a corrente crítica americana se caracteriza pelo redescobrimto do discurso marxista, a corrente francesa, a partir da revista *Heródote*, tendo como principal referência Yves Lacoste, trilhou caminho diverso. Embora também fortemente influenciada pela doutrina marxista.

As obras dessa corrente buscaram denunciar a “Geografia dos Professores” que, dominando o *status quo* da produção científica, impediam a discussão de temas de maior impacto social. Nesse contexto de renovação crítica, uma das figuras de maior destaque na escola anglo-saxã é David Harvey, que busca, como já dito, o desenvolvimento do materialismo-histórico-geográfico, apoiando-se nas teorias de Karl Marx e tendo como aporte o espaço (VALENÇA, 2008).

É importante ressaltar que, inicialmente, Harvey era conhecido por seus trabalhos na área da Geografia analítica, tendo, posteriormente, em especial a partir de sua obra “A Justiça Social e a Cidade”, publicada originalmente em 1973, passado a se debruçar sobre os problemas referentes à desigual distribuição de riquezas. Organizada em três partes: Formulações Liberais, Formulações Marxistas e Sínteses. Essa obra demonstra a evolução do pensamento do autor, indo de uma posição liberal até uma marxista.

Segundo o próprio Harvey (2001), tal mudança não foi planejada, ocorreu no momento em que as ideias liberais não conseguiam resolver os problemas propostos na mencionada obra, o que o levou a buscar melhores resultados na teoria marxista.

O Problema do Desenvolvimento Geográfico Desigual

Iniciamos a temática das proposições de Harvey pelo estudo do problema do desenvolvimento geográfico desigual, uma vez que, além de apresentar conceitos importantes para o entendimento de seu pensamento, como a acumulação por espoliação ou despossessão, representa uma tentativa de explicar uma das questões centrais não só do pensamento desse geógrafo, mas de toda a geografia radical, que é a desigualdade.

Segundo Harvey (2011, p. 120), “Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos e essas configurações são por natureza bastante diversificadas”. Por isso não se pode entender a distribuição desigual sem estudar seu aspecto espacial.

O problema do desenvolvimento geográfico desigual não é recente e tem aparecido como uma das principais preocupações na obra de David Harvey, a ponto de buscar a criação de uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual, como podemos verificar em sua obra *Spaces of Global Capitalism – Towards a Theory of Uneven Geographical Development*², publicada em 2006. Nessa obra, o autor afirma que a prometida superação da pobreza, a partir da aplicação do neoliberalismo e da globalização, não tem ocorrido de fato.

Existem, sob esse ponto de vista, quatro principais abordagens a respeito do problema: 1) Interpretação historicista/difusionista que trata a desigualdade como produto de uma difusão diferenciada do processo de modernização e progresso associado ao capitalismo; 2) Construtivistas focam no “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, isto é, a diferenciação é fruto das práticas de exploração capitalista, apoiadas no maior poder militar e política das nações centrais; 3) Ambientalistas fundamentam o desenvolvimento desigual nas condições do ambiente, mais favoráveis ao desenvolvimento em alguns locais do que em outros; 4) Interpretação geopolítica considera o desenvolvimento desigual como consequência de enfrentamentos, de consequências imprevisíveis, entre atores territorialmente organizados, operando em diversas escalas.

É importante salientar que, em cada uma das abordagens acima descritas, podemos encontrar explicações de cunho conservador, liberal ou até mesmo marxista. Tais explicações não são autoexcludentes, havendo inúmeros pontos de contato entre elas. Por exemplo, em uma interpretação marxista, a acumulação primitiva pode ser vista como um mal necessário, já que, para a construção do socialismo, é preciso que o estágio do capitalismo seja ultrapassado, de modo a permitir a quebra da tradição na construção de uma sociedade mais justa.

No entanto, deve-se ter cuidado com esse entendimento, já que possibilita, em casos extremos, que se termine construindo ideias ecléticas e incoerentes, em uma mistura incompreensível de conceitos. Como solução para esse problema, Harvey (2006) propõe uma teoria “unificada” do desenvolvimento geográfico desigual. Observa-se que o uso da expressão “unificada” entre aspas é uma opção do próprio autor, para indicar que esse termo por ele utilizado se distancia das explicações reducionistas a respeito da construção de tal teoria.

Para atingir tal objetivo, Harvey (2006) se apoia em quatro condições radicalmente distintas entre si, a saber: 1) A incorporação do processo de acumulação capitalista na vida socioeconômica; 2) A acumulação por despossessão ou espoliação, isto é, uma generalização do conceito de Marx de acumulação original ou primitiva, por meio da qual os meios preexistentes, tais como mão de obra, dinheiro, capacidade de produção e matérias primas, são reunidos e colocados em circulação como capital; 3) O caráter para-legal da acumulação capitalista no tempo e espaço; 4) As lutas de classe, política e social, nas mais variadas escalas.

Questiona-se, assim: como reunir tais elementos tão díspares em uma teoria unificada? Inicialmente, depende do que se entende por teoria. Segundo Harvey (2006), uma teoria deve ser capaz de reconhecer a importância de alguns processos que são até certo ponto independentes um dos outros, mas que podem e devem ser reunidos em um campo dinâmico de interação para que se entenda o processo estudado.

Em suma, buscam-se argumentos a respeito de como a incorporação do processo de acumulação capitalista no seio da sociedade, da acumulação por espoliação e por meio da reprodução do capital, funcionam de forma integrada e como a dinâmica das lutas políticas e de classes provocam mudanças na distribuição geográfica desigual do desenvolvimento.

Contudo, antes de apresentar seus argumentos a respeito da mencionada teoria, Harvey discute o conceito de espaço, uma vez que, de modo geral, as teorias sociais o desconsideram, seja por entendê-lo como uma complicação desnecessária, seja por tratá-lo como simples palco onde se desenrolam os processos sociais. De certo, em uma teoria sobre o desenvolvimento geográfico desigual, tais alegações não são possíveis.

Para superar esse problema, ainda segundo Harvey (2006), diversos geógrafos têm buscado nos argumentos filosóficos de Léfèbvre, como também em outros, considerar o espaço como agente e produto dos processos sociais. Assim, tratando o espaço de modo relacional e relativo em vez de considerá-lo um mero cenário para a ação social, é possível identificar como a acumulação do capital não só produz o espaço, mas também leva a diferentes formas de espacialidade.

Ao analisar as condições por ele postas, Harvey (2006) assegura que o desenvolvimento desigual reflete como os diversos grupos sociais incorporam o processo de acumulação capitalista em seu cotidiano. Para compreender as diversidades e desigualdades, é preciso reconhecer como as inúmeras variações geográficas se relacionam com o processo mais geral de acumulação capitalista, de modo a integrar as particularidades na formulação de uma teoria geral do desenvolvimento geográfico desigual.

Ora, a atividade capitalista deve sempre estar fisicamente em algum lugar. Uma diversidade de processos materiais deve ser apropriada e utilizada, e, posteriormente, refeita para permitir a acumulação de capital, com flexibilidade e adaptabilidade que são duas das principais características do modo de produção capitalista. A forma como o processo de acumulação se dá no dia a dia da população é peça fundamental na produção de espaços desiguais, como, por exemplo, as diferenças entre o ambiente de individualismo e empreendedorismo do Vale do Silício e o meio onde a religião é componente-chave de Karachi.

Deve-se, ainda, examinar de forma cuidadosa a relação metabólica entre o capitalismo e a natureza. As condições físicas e ecológicas diferem consideravelmente em todo o planeta. Assim, as circunstâncias para a mobilização dos recursos adequados à acumulação capitalista variam. Porém, as possibilidades dependem, e muito, das tecnologias, das formas de organização social, desejos etc., em um fluxo contínuo no qual a influência antropogênica aumenta de maneira exponencial ao longo do tempo, de maneira que, ao modificar o meio, nos modificamos também.

Assim, a enorme variedade existente nos modos de vida cotidianos e a forma como o processo de acumulação capitalista se insere nesse contexto devem então ser pontuados em qualquer teoria a respeito do desenvolvimento geográfico desigual.

Em relação à acumulação por espoliação ou despossessão, (*accumulation by dispossession*), termo relevante no entendimento das ideias de Harvey, entende-se que toda a sociedade, para sobreviver, deve gerar excedentes de produção. Todavia, a forma como esses excedentes são apropriados e distribuídos precisa, essencialmente, da forma de organização dessa mesma sociedade.

Assim, o surgimento do capitalismo não depende, inicialmente, da sua capacidade de gerar excedentes, pelo contrário, ele deve ser precedido por determinadas condições, que serão explicitadas no próximo tópico, ao analisar a urbanização como condição para o aparecimento do modo de produção capitalista. De fato, o capitalismo necessita, para surgir, muito mais da capacidade de determinada classe, a burguesia, de se apropriar e dispor desses excedentes como propriedade particular, colocando-os como instrumentos para uma maior acumulação.

E uma vez consolidado o capitalismo, com a predominância da burguesia como classe dominante, como ocorreu na Europa, não cessou a busca por mais lucro. Ao contrário, acentuou-se, o que obrigou a uma expansão territorial, levando o modo de produção capitalista a outras áreas que ainda não haviam sido incorporadas à circulação de capital, pela imposição do imperialismo a esses territórios. Desse modo, a acumulação por despossessão, ou por espoliação, entendida como a tomada dos meios de produção pela burguesia em locais que ainda não haviam se submetido à ordem capitalista, é condição necessária à sobrevivência do capitalismo.

Harvey (2003) emprega o conceito de acumulação por espoliação para substituir o termo tradicionalmente utilizado, acumulação primitiva ou original, por entender que não caberia qualificar como primitivo um processo em andamento até hoje, com o uso inclusive dos mesmos métodos, como mercadificação e privatização da terra, além da expulsão violenta de populações camponesas.

É interessante ressaltar que a dominação por meio da força e do imperialismo não é a única possível. Ocorre que, por vezes, o Estado e as classes dominantes em sociedades não capitalistas movimentam-se no sentido de incluir seus excedentes na circulação capitalista. A produção de desigualdades geográficas é resultado, também, desses processos tão diversos, tendo como um dos seus pilares a acumulação por espoliação ou despossessão, um fator primordial na estabilidade do sistema capitalista.

A acumulação por espoliação pode também se dar pela canibalização dos meios existentes, quando capitalistas concorrentes buscam aniquilar ou adquirir seus rivais. Assim, a destruição de recursos pode ser tão importante quanto a sua absorção em novas práticas. Esse ponto será explorado de forma mais detalhada em tópico à frente. Outra condição a ser explicitada por Harvey na construção de sua teoria é como se dá a acumulação capitalista no espaço e no tempo.

Tal processo tem as seguintes características fundamentais: 1) A atividade é expansionista e seu crescimento é considerado tanto bom como inevitável; 2) O crescimento é sustentado pela exploração da mão de obra nas atividades produtivas; 3) A luta de classe é endêmica, mas não se constitui em uma ameaça; 4) A mudança tecnológica (“progresso”) é vista como inevitável e como um bem em si mesmo; 5) O sistema é instável e contraditório; 6) Crises são inevitáveis e são causadas pela sobreacumulação; 7) Se os excedentes não puderem ser absorvidos eles desvalorizam-se.

A forma como essas características interagem moldam o espaço capitalista, produzindo as desigualdades que geram diferenças consideráveis em relação ao desenvolvimento.

Reflete a busca incansável por novos mercados, com o uso de vantagens tecnológicas ou não; a competição espacial, muitas vezes predatórias, que impõe o capitalista a sempre procurar se expandir, a produzir sempre mais quantidade e de forma mais ágil,

e que por sua vez obriga o detentor dos meios de produção a buscar sempre investir em locais onde haja vantagem competitiva, o que acaba por acentuar a divisão geográfica do trabalho; a aniquilação do espaço pelo tempo, com a diminuição relativa das distâncias pela evolução tecnológica, em especial, ao transporte e comunicações, que torna o capital ainda mais sensível às variações geográficas locais e altera as escalas de produção, controle e consumo.

As estruturas físicas destinadas à produção e ao consumo, tal como o sistema de transporte, e que possuem outro tempo, mais longo, para a produção de excedentes, funcionam como precondição necessária, já que liberam outras formas de capital para uma movimentação espacial mais livre, funcionando como uma verdadeira força de atração. Pode-se ainda citar a forma como o Estado intervém, de modo a facilitar ou não a acumulação capitalista, ocorrendo, por vezes, embates ou alianças entre governantes e capitalistas.

A interação dos fatores acima expostos demonstra como o modo de produção capitalista e a forma como ele se difunde no espaço e no tempo impactam de forma significativa na realidade desigual que se percebe atualmente.

Em relação às lutas sociais, como de libertação e, principalmente, as lutas de classes, afirma Harvey (2006) que não podem ser entendidas fora do contexto do processo de acumulação capitalista. É sabido que a dinâmica de como o modo capitalista de produção se reproduz no espaço e no tempo provoca uma série de conflitos, dentre os quais se destaca a luta de classes entre burguesia e proletariado. Essa, porém não é a única, como os movimentos de libertação nacional em face do imperialismo, ou, ainda, disputas por vantagens geopolíticas entre territórios.

No entanto, o mais óbvio e, para os marxistas, mais relevante, é a já mencionada luta de classes. Disputas sobre salários, condições de contrato e trabalho são uma faceta sempre presente no capitalismo. Entretanto, o estágio da luta de classes se modifica em sociedades diversas. Em algumas localidades, o nível de organização tanto dos sindicatos de trabalhadores quanto da burguesia impacta diretamente no processo de acumulação de capital.

Assim, o estágio da luta de classes, bem como das demais lutas geradas pelo capitalismo, propiciam vantagens ou desvantagens concorrenciais que influem diretamente no desenvolvimento geográfico desigual.

Como se verificou acima, o capitalismo se alimenta e se reproduz através do desenvolvimento geográfico desigual. Ainda segundo Harvey (2006), os elementos apresentados acima e reunidos, mesmo que díspares, são essenciais para se produzir uma teoria que busque explicar o desenvolvimento geográfico desigual, já que apresentam possibilidades ricas e interessantes.

Apesar disso, a teoria apresentada não pretende ser uma resposta final. Ao contrário, trata-se de um pequeno passo em direção à busca constante para o estabelecimento de um arcabouço teórico adequado para o entendimento desse fenômeno tão intrigante e complexo do mundo contemporâneo que é o desenvolvimento geográfico desigual. Na próxima seção, discute-se outro ponto importante da obra de Harvey, a forma pela qual o processo de urbanização propiciou a reunião dos elementos necessários ao surgimento do modo de produção capitalista.

Urbanização como Condição para o Surgimento do Capitalismo

Harvey (1989) considera a cidade como pré-condição não só para o surgimento do modo de produção capitalista, mas também como essencial ao seu posterior desenvolvimento e contínua sobrevivência. Isso ocorre porque esses ambientes reúnem as condições necessárias ao aparecimento do mercado de trabalho, além do fato de que a própria produção da cidade representa uma oportunidade significativa de acumulação de capital.

Ademais, as cidades são construídas e reconstruídas de forma constante, somente como forma de torná-las mais favoráveis ao processo de produção capitalista, aumentando, desse modo, o lucro.

A origem das cidades propicia o surgimento de um ambiente adequado ao capitalismo, mesmo antes desse ganhar controle sobre os modos de produção, já que permite o desenvolvimento de estruturas sociais de controle, em ambientes urbanos marcados por uma elite rica, poderosa e fortemente expansionista. Traduzindo Harvey (1989, p. 24):

Um ambiente construído como apoio potencial para a produção, consumo e trocas capitalistas teve de ser criado antes do capitalismo ganhar controle direto sobre a produção e o consumo. Infraestruturas sociais para o controle da sociedade civil, em particular no que diz respeito aos mercados de trabalho, também tiveram de ser criadas antes que a acumulação de capital por meio da produção pudesse se desenvolver plenamente. [...] A emergência de centros urbanos com uma classe dominante com riquezas, com espírito mercantilista e com autoridade e força militar foi crucial para a ascensão do capitalismo (Harvey, 1989, p. 24, *Tradução Livre*).

Contudo, a passagem para o modo de produção capitalista não foi um fenômeno urbano ou rural exclusivo. As mudanças sociais e econômicas provocadas pela acumulação primitiva, tais como a expulsão de moradores do campo, em razão de mudanças econômicas, como o “*enclosure*”, ocorrido na Inglaterra, gerou um excedente de mão de obra adequado à acumulação de capitais (HARVEY, 2003).

Os excedentes criados a partir das condições acima descritas permitiram à então nascente burguesia desenvolver uma rede de comunicação e circulação de mercadorias, fundamental à expansão capitalista, porque se constituíam em base para uma potencial circulação de mercadorias. Ademais, com o início do processo de urbanização, se reuniram no mesmo espaço mercadorias com valores de uso, dentre as quais se inclui a mão de obra assalariada, facilitando ainda mais a circulação de capitais.

Todavia, o modelo mercantilista, baseado principalmente na atividade comercial, embora tenha propiciado as condições necessárias ao surgimento do capitalismo como modelo dominante, conforme demonstrado acima, não atenderia às necessidades de crescimento da acumulação fundamental para a manutenção e desenvolvimento do mencionado sistema. Passa-se, desse modo, à etapa seguinte da evolução do capitalismo: o capitalismo industrial.

A Expansão Geográfica do Capitalismo

A expansão geográfica, bem como o conseqüente processo de urbanização dentro do sistema capitalista, é entendida por Harvey (1989) por intermédio de um esquema de análise fundamentado nos meios utilizados para facilitar a acumulação de capitais e na luta de classes, como já dito. Tal esquema será apresentado a seguir.

O Capitalismo e suas Contradições

O capitalismo, como sistema econômico, é caracterizado pelo domínio de uma classe, a burguesia, ou os capitalistas, que, controlando os meios de produção, sobre outra, o proletariado, que, tendo sua força de trabalho explorada pelos primeiros, gera lucro, uma mais-valia, a ser apropriada pelos detentores do meio de produção.

Como resultado desse mecanismo de funcionamento, para que a classe capitalista se mantenha no controle, é primordial que ela expanda suas oportunidades de lucro, através de um contínuo crescimento da produção, o que acaba por desenvolver um meio social fundado tão somente nos princípios da acumulação por acumulação e da produção pela produção.

Como conseqüência dessa necessidade de crescimento do lucro, a burguesia buscará esse intento aumentando a exploração da classe trabalhadora. Por sua vez, o proletariado, dada a sua maior fragilidade, deve reunir-se em associações, o que acarreta em uma aberta luta de classes. Essa contradição é uma conseqüência direta do processo de acumulação capitalista e de sua relação com a mão de obra.

Há, contudo, outra contradição indispensável também em relação à burguesia. O empresário, quando considerado como indivíduo, tomará a decisão que acarretará no aumento de seus lucros e de sua produção, independentemente das conseqüências para a classe capitalista como um todo. De fato, muitas vezes o interesse individual se opõe frontalmente ao da classe como um todo. Ressalte-se que a compreensão de cada uma das contradições descritas deve ocorrer levando-se em consideração ambas, mesmo que, por muitos aspectos, possam ser divididas. Harvey (1989), ao apresentar as leis de acumulação de Marx, procura demonstrar como as contradições acima apontadas têm, potencialmente, a capacidade de produzir crises, como se demonstrará a seguir.

As Crises Cíclicas do Capitalismo

Uma das críticas de Harvey a respeito da expansão do capital é a noção de crise, embora, por vezes, esse conceito seja apresentado como problema de sobreacumulação (VALENÇA, 2008). Como as contradições acima descritas produzem as crises cíclicas do capitalismo? Para tanto, partir-se-á, neste momento, para a análise do que Harvey (1989) denomina circuito primário do capital, ou seja, o investimento direto na produção.

Condição para a perpetuação do capitalismo, o aumento de lucros e produtividade, pode se dar de duas maneiras, a saber: a mais-valia absoluta (aumento da carga horária

dos trabalhadores) e a mais-valia relativa (aumento da produtividade através de mudanças de processos ou investimento em maquinário).

Há, dessa forma, um constante esforço para aumentar a produção e por consequência, o lucro. No entanto, manifesta-se, nesse ponto, a contradição interna da burguesia. A busca incansável pelo aumento da produção, tendo como premissa a simplificação elaborada por Marx a respeito do consumo imediato dos bens produzidos, ocasionará um excedente, que por sua vez acarretará uma crise de sobreacumulação, caracterizada por superprodução de bens, excesso de capital marcado por falta de oportunidades interessantes de investimento ou pela existência de capacidade ociosa, excesso de mão de obra, aumento na exploração do proletariado e consequente margem de lucro decrescente.

Tem-se, então, uma crise de sobreacumulação. A ocorrência de tais eventos é recorrente no modo capitalista de produção, sendo por isso designadas de crises cíclicas do capitalismo. Ressalte-se que as crises no capitalismo não apresentam apenas consequências nocivas do ponto de vista sistêmico. Citando Harvey (2001, p. 46):

Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista. Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forcem a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista (HARVEY, 2001, p. 46).

Assim, de modo geral, as crises periódicas acabam por expandir a capacidade de produção e de renovar as condições de acumulação adicional, como se demonstrará a seguir.

O Uso do Espaço como Possível Solução das Crises

Como já dito, segundo Harvey (1989), as crises no capitalismo não são consideradas como fatores externos, e sim como decorrência das contradições internas do próprio sistema. Ocorrem devido à tendência geral de decréscimo na taxa de lucro, devido à desproporção entre o crescimento da produção e a incapacidade de absorção integral desse crescimento pelo consumo.

Como, então, se soluciona o problema apresentado pela crise? Embora as crises apresentem consequências gravíssimas sob o ponto de vista social, para que o sistema capitalista se mantenha, deve-se buscar condições adequadas para a renovação da acumulação, levando tal processo a um nível novo e superior, caracterizado por uma maior produtividade de mão de obra, com a utilização de máquinas e equipamentos mais sofisticados; menor custo dessa mesma mão de obra, já que há um excedente devido ao desemprego; a existência de um excedente de capital, pela carência de novos investimentos produtivos e uma demanda efetiva expandida por produtos.

Desse modo, uma possível saída para os períodos de crise seria a transferência dos excedentes de capital e trabalho para a produção de estruturas físicas e sociais, deslo-

cando-se os investimentos do circuito primário para os secundário e terciário (HARVEY, 1989). Nesse ponto, é conveniente analisar os conceitos de circuitos primário, secundário e terciário de produção. Harvey (1989) denomina o setor em que as mercadorias são produzidas de circuito primário, enquanto o secundário se dedica à produção do chamado *built environment*, ou seja, do espaço construído para a produção e para o consumo e do capital imobiliário; enquanto o terciário se refere à cultura, ciência, tecnologia e educação.

Assim, uma possível solução para o problema de sobreacumulação acima descrito, ainda que temporário, é o investimento no que Harvey chama de circuito secundário do capital, isto é, o investimento na formação do chamado ambiente construído, que tanto pode ser destinado à produção e quanto ao consumo.

Tal ambiente, com suas características de fixação, exige uma maior articulação do sistema financeiro ou do Estado, ou de ambos, já que capitalistas individuais têm dificuldades em realizar investimentos. Não obstante, os investimentos têm profundo impacto na urbanização porque é através desse investimento que se cria uma paisagem física que tem como objetivo principal facilitar a produção, a circulação, as trocas e o consumo. Isso ocorre pois desses investimentos resultam obras de infraestrutura, como estradas, objetos fixados, rígidos e que somente podem ser movidos se forem destruídos.

Completando o quadro exposto por Harvey sobre a circulação do capital no modo de produção capitalista, deve-se analisar o que ele intitula de circuito terciário do capital, composto pelos investimentos em ciência e tecnologia, particularmente como forma de manter em constante movimento a evolução das técnicas de produção e pelos denominados gastos sociais, relacionados primeiramente como forma de reprodução da força de trabalho (investimentos em educação e saúde, por exemplo), além dos investimentos destinados a reduzir a ênfase na luta de classes (cooptação, repressão etc.).

Ainda que exista a importância do investimento em ciência e tecnologia, como forma de aumentar a produção e os lucros, o investimento na força de trabalho somente ocorre quando o estágio da luta de classes impõe, como forma de assegurar o controle da classe trabalhadora pelo capital. Mais uma vez o papel do Estado é relevante, até mesmo como mediador nas relações decorrentes da luta de classes, tendo importante papel em coordenar os investimentos sociais a serem realizados.

Para entender como a tendência à sobreacumulação funciona, não só no circuito primário, mas em todo o sistema capitalista, é necessário substituir, de acordo com Harvey, o conceito de lucratividade pelo conceito de produtividade, visto que o primeiro apresenta sérias dificuldades quando empregado em relação aos circuitos secundário e terciário do capital.

Desse modo, Harvey opta pelo conceito de produtividade, já que capitalistas, como uma classe, e normalmente por intermédio de agências de fomento, investem no desenvolvimento de condições favoráveis à acumulação. Assim, investimento produtivo seria aquele que direta ou indiretamente expande a base de produção de mais-valia. Esse tipo de investimento é potencialmente constatado também nos circuitos secundário e terciário, sob certas condições. Harvey mostra que a questão é assinalar quais condições são essas.

Nesse sentido, investimento em maquinário e em ciência e tecnologia, como forma de buscar melhorar a produção, são exemplos que geram pouca dúvida. Mas em relação

às estradas, casas, educação etc.? Quais serão e quais não serão produtivos? Essa pergunta é extremamente difícil de responder. Ao redor dela gira todo o foco do planejamento atual, sendo que a própria questão do custo-benefício de tais investimentos já representa uma demonstração da dificuldade da pergunta.

Como já foi levantado, uma das consequências das contradições intrínsecas ao capitalismo é o surgimento de crises de sobreacumulação. No circuito primário é mais claro o entendimento de tais crises e de suas consequências, como demonstrado. Porém, como se manifestam as crises no secundário e no terciário? Como procurou-se demonstrar neste trabalho, temporariamente, é possível evitar os efeitos da crise através de investimentos nos outros circuitos. Todavia, como a tendência à sobreacumulação não é eliminada, ela é transformada em um perigoso movimento rumo ao excesso de investimento no secundário e terciário, investimentos estes dedicados somente a atender aos interesses do capital.

Há, portanto, uma desvalorização do capital fixo e do fundo de consumo e em ciência e tecnologia, com reflexos tanto no mercado financeiro como no Estado, com o esgotamento das oportunidades de investimentos produtivos. Isso força a uma racionalização das estruturas públicas e privadas, o que leva à constatação de que as crises do capitalismo funcionam como racionalizadoras irracionais do sistema.

Nesse ponto, é interessante abordar o conceito de resolução espaço-temporal, como definido por Harvey. É a busca de resolução, ao menos temporária, do problema de sobreacumulação ou de falta de oportunidade de investimentos produtivos através do deslocamento de tais inversões no espaço, em direção a áreas onde seriam mais produtivos, ou no tempo, quando haveria uma protelação dos resultados financeiros desses gastos.

E como essas forças impactam na produção do espaço? Já se demonstrou que o investimento, em especial no ambiente construído, atinge fortemente a paisagem física. No entanto, dado o prazo longo de amortização desse tipo de investimento, muitas vezes é necessária a perpetuação do modelo de busca incessante de acumulação que a paisagem seja construída pelo próprio capital, apenas para ser destruída em um ponto subsequente do tempo, normalmente no curso de uma crise, de modo a permitir ainda mais acumulação.

Os impactos desse fenômeno no processo de urbanização são imensos. Utiliza-se como exemplo as cidades do chamado Cinturão da Ferrugem (*Rusty Belt*) nos Estados Unidos. Tais cidades — dentre as quais se destaca Detroit — que outrora representavam a face mais dinâmica do capitalismo com suas fábricas de automóveis e pulsantes siderúrgicas, atualmente se caracteriza como um dos exemplos mais visíveis da resolução espaço-temporal (HARVEY, 2011).

A necessidade de elevar cada vez mais a lucratividade e de aplicar excesso de capital levou essas empresas a buscarem novos locais para suas unidades de produção, lugares com menores custos de produção, devido a sua incipiente luta de classes e desejos por atrair investimentos. Como consequência direta dessa migração, houve um esvaziamento daquelas áreas urbanas anteriormente prósperas, praticamente aniquilando o mercado de trabalho e deixando a classe trabalhadora sem opções de subsistência.

Essa falta de oportunidades tem gerado reações na classe operária das áreas degradadas, um sentimento de busca de retorno às épocas áureas, com consequências políti-

cas que podem contrariar diretamente os interesses da classe capitalista, pois, como tem ocorrido, pode levar a um aumento no protecionismo e no isolacionismo, o que vai de encontro frontalmente aos interesses da classe dominante (HARVEY, 2011).

Como se percebe, muitas vezes as decisões tomadas pelos capitalistas individualmente, com o objetivo de maximizar a mais-valia, podem ter resultados prejudiciais à classe como um todo, sendo essa uma das contradições já apontadas em relação ao capitalismo (HARVEY, 1989).

O Conceito de Resolução Espaço-temporal

Tendo em vista o acima exposto, Harvey propõe o conceito de resolução espacial (*spatial fix*) e de resolução espaço-temporal (*spatio-temporal fixes*) como forma de o sistema capitalista resolver os problemas de absorção dos excedentes de capital e trabalho (HARVEY, 2014).

O termo *fix* (fixo, em inglês) possui um duplo significado. O primeiro se refere à porção do capital que se torna fixo, literalmente e fixamente, no espaço por um período longo de tempo. Contudo, o termo *fix*, em inglês, apresenta também o sentido de conserto ou resolução de um problema. Assim, o capital busca solucionar, resolver o problema da sobreacumulação através de investimentos de longo prazo na expansão geográfica, reorganizando, dessa forma, o espaço. É isso que o autor denomina resolução espaço-temporal (*spatio-temporal fixes*) (HARVEY, 2014).

O processo de resolução espacial ocorre de forma semelhante e tem como resultado a expansão do capitalismo para áreas distantes, com investimentos diretos na produção, estabelecendo ligações entre áreas não centrais e grandes centros capitalistas e transformando o espaço dessas localidades em áreas industriais, através do movimento de dinheiro, capital, matérias primas, capacidade de produção e mão de obra, principalmente através do mecanismo já descrito como acumulação por espoliação (HARVEY, 2003).

Harvey e a Ortodoxia Marxista

Para Harvey (2001), existem duas maneiras de se ler Marx: a primeira é analisar seus achados científicos como verdades absolutas e a outra, preferida por ele, é considerar suas propostas como ideias inacabadas e que precisam ser consolidadas através de argumentação teórica mais consistente, respeitando o seu espírito dialético e não a textualidade de suas palavras.

Tal pensamento se alinha com a posição mais atual da Geografia Crítica, uma vez que estão ausentes da responsabilidade marxista temas como o meio ambiente. É uma visão extremamente rígida por considerar tão somente o aumento da produção e sua crença no progresso histórico cientificamente comprovado (MENDOZA et al., 2002). Essa preocupação com o meio ambiente aparece também na obra de Harvey (2011, 1997), inclusive com observações referentes a um “apocalipse ecológico” (HARVEY, 2001, p. 23).

Outro ponto de interesse de Harvey e que se afasta da doutrina marxista ortodoxa se refere à questão da justiça social. Sob o ponto de vista de Marx, a justiça social era somente uma tentativa de solução distributiva quando a real causa do problema estaria

no meio de produção capitalista. De acordo com Harvey (2001), não se poderia desconsiderar determinadas conquistas da social democracia, nem a força motriz política que a busca por direitos sociais representa, embora não se possa esquecer o objetivo fundamental de transformação do modo de produção.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, buscou-se explanar os principais conceitos da Geografia Crítica segundo a visão de David Harvey, bem como demonstrar o impacto das teorias marxistas sobre a Geografia. Apresentaram-se, ainda, conceitos-chaves na produção do espaço geográfico capitalista, segundo o referido autor, como acumulação por espoliação, resolução espacial, resolução espaço-temporal, além de discutir o desenvolvimento geográfico desigual, apresentado como uma preocupação importante na obra de Harvey.

Buscou-se, também, apontar reflexões em que esse autor se afasta da teoria ortodoxa marxista, já que, em alguns aspectos, as formulações dos clássicos fundamentais de tal visão não são suficientes para explicar a totalidade. Desse modo, as considerações de David Harvey são uma demonstração de como as questões econômicas e sociais influem no pensamento geográfico e como o espaço não pode ser entendido de forma dissociada do meio que o produziu e que atua sobre ele.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes) pelo financiamento desta pesquisa junto ao programa de pós-graduação em Geografia.

Referências Bibliográficas

BENACH, N.; ALBET, A. (Orgs.). *David Harvey. La lógica geográfica del capitalismo*. Barcelona: Icaria, 2019.

CASTREE, N.; GREGORY, D. (Orgs.). *David Harvey. A critical reader*. Malden: Blackwell, 2006.

HARVEY, D. *The urban experience*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

_____. *Justiça, natureza e a geografia da diferença*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *A produção do espaço capitalista*. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. Londres: Verso, 2006.

_____. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. Londres: Profile Books Ltd, 2014.

MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M.; CANTERO, N. O. *El pensamiento geográfico*. Madri: Alianza Editorial.

VALENÇA, M. M. Ensaio sobre a dinâmica do Imobiliário. In: VALENÇA, M. M. (Org.). *Cidade (i)legal*, p. 243-249. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2008.

Recebido em: 18/09/2019

Aceito em: 13/11/2019

¹ Sobre o tema consultar os trabalhos de Benach e Albet (2019); Castree e Gregory (2006).

² Espaços do Capitalismo Global – Rumo a uma Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual (Tradução livre).